

---

A DEMOCRACIA  
E A FORÇA DA RAZÃO

---

Mário Sottomayor Cardia, licenciado em Filosofia pela Universidade de Lisboa, nasceu em Matosinhos em 19 de Maio de 1941. Foi candidato a deputado da Oposição Democrática em 65 e da C. D. E. em 69 sob o Governo de Marcello Caetano publicou dois livros de crítica frontal ao regime, imediatamente apreendidos. É membro do Secretariado Nacional do Partido Socialista desde a clandestinidade sendo seu porta-voz a partir de Maio de 74. Director de «Portugl Socialista». Deputado à Assembleia Constituinte e candidato a deputado à Assembleia Legislativa.

---

## A DEMOCRACIA E A FORÇA DA RAZÃO

---

Cada povo tem a sua maneira de ensaiar a aprendizagem da democracia. Nenhum o conseguiu sem tensões e conflitos graves. Nisso não fez excepção a revolução portuguesa. Seguiu, é certo, um rumo próprio, em muitos aspectos original. Mas relativamente ao que esteve em causa, todos reconhecerão que os sacrifícios integrais poderiam ter sido muito mais numerosos. Sejamos agora capazes de garantir que a aprendizagem foi suficiente.

Estamos-nos libertando da visão dramática do fenómeno político. Antes de 25 de Abril, a política era propriedade de uns e reserva interdita a quase todos. Depois de 25 de Abril, foi, com intervalos relativamente breves, uma teia de afrontamentos e conspiração. O dramatismo das repressões e das mordças sob que vivemos durante décadas acabou. E felizmente, em 25 de Novembro, encerrou-se a fase crítica da aprendizagem da liberdade. A tranquilidade do viver diário voltou embora não para todos em todo o País; o trabalho pôde retomar a normalidade; nos meios de comunicação ouve-se de novo música portuguesa; o poder político passou a funcionar como elemento de estabilidade social. A política deixou de correr aos solavancos, os problemas concretos começaram a ser apreciados e debatidos, as ideologias tornaram-se menos obsessivas. A tolerância renasce; cada um pode exprimir-se em linguagem sincera e pacífica; o povo começa a exercer o direito de dizer que gosta ou desgosta deste ou daquele político pelo que faz e diz e pelo modo como se apresenta. A segurança e serenidade recuperam crédito; a irascibilidade e a auto-suficiência começam a decair como factor de poder. Chegou enfim a hora de vivermos clima democrático. Na verdade, democracia é desdramatização da política. Quem é democrata admite que não possui a verdade toda. Ou, se por ventura incorre nessa fragilidade de espírito, reconhece que a sua verdade privada não obriga os concidadãos.

A democracia consolida-se na estabilização da via social. O Estado exprime interesses sociais organizados e com frequência interesse da uma classe ou coligação de classes. A expressão desses interesses verifica-se no conteúdo

das decisões mas também no plano das instituições. Em suas linhas essenciais, as instituições democráticas verdadeiramente abertas não reflectem interesses de classe determinados. É certo que a democracia tende a suprimir os extremismos e a disciplinar o choque de interesses. Impede a eclosão de tensões extremas. Neutraliza a virtual violência quer de esquerda quer de direita. Recupera movimentos de ruptura e constitui factor de contenção: converte a reacção em conservação e a revolução em evolução. Tende a integrar interesses conflituais e a promover a conciliação. Mas será isso proteger interesses de classe?

A democracia política supõe certa estabilidade. Mas é ela própria estabilizadora. Em todas as sociedades há conflitos. Certos desses conflitos podem descrever-se como conflitos de classe. Segundo certas concepções da história, estes assinalam via relevante de transformação das estruturas sociais. As lutas de classe diferem conforme a polarização dos antagonistas, as modalidades do conflito, o enquadramento institucional, os limites em que se contém. A democracia não constitui um tipo de enquadramento institucional entre outros; é o mais apto à expressão real da luta dos trabalhadores pela sua emancipação. Na verdade, como escreveu Bernstein, «a democracia significa sempre que a classe operária deve exercer um poder à medida das suas capacidades, da sua maturidade intelectual ou do grau de evolução económica. Nem mais, nem menos». É essa ideia que hoje em Portugal se exprime pela fórmula «poder democrático dos trabalhadores».

Imediatamente após 25 de Abril viveu-se a fraternidade e o júbilo e muitos dos melhores portugueses embriagaram-se dos ideais mais generosos. O júbilo era razoável, porque o pesadelo ruíra. Mas a vida não pode ser júbilo permanente. A vida é feita de êxitos, revezes e compromissos. Também em democracia um povo não pode viver da exaltação permanente nem pode pretender fazer tudo de novo ao mesmo tempo. O democrata pode legitimamente ter o gosto de ganhar, mas está sempre preparado para a eventualidade de perder e quase sempre para a de aceitar o compromisso útil e digno.

As sociedades progridem por sucessivos equilíbrios e reequilíbrios de valores e realizações. Para melhorar a sociedade o democrata não aceita fazer piorar, ou contribuir para que piore, a vida dos que maioritariamente a compõem. E sabe que não se corrigem estruturas injustas destruindo os parâmetros mais gerais da vida em sociedade. O democrata reconhece que em política o perfeccionismo moral gera frequentemente imoralidades monstruosas. Nem todos os sentimentos humanamente nobres são bons conselheiros na legislação ou no governo.

A democracia nasceu da tolerância e da igualdade civil e conserva-as sob pena de se auto destruir. É o poder da maioria no respeito da minoria. Pelo sistema representativo, escolhe-se a maioria. Pela garantia dos direitos individuais, protege-se a minoria. Em democracia a lei exprime a vontade maioritária e o governo é controlado pelos mandatários da nação eleitos em sufrágio universal. A maioria pode tornar-se minoria, e a minoria maioria; no governo alternam, ou podem alternar, orientações políticas adversas. Governo e oposição desempenham funções de interesse nacional. Precisamente porque sendo governo e oposição respeitam a legalidade e o princípio de alternância democrática, convergem no reforço do consenso nacional sobre o valor da democracia. Ilustram a evidência de que a democracia é a única fórmula consequentemente civilizada de designação de dirigentes.

No respeito da legalidade e pelo ajustamento das leis à vida social desenvolvem-se os valores culturais, modificam-se as condições de trabalho, alteram-se as relações de poder, reformam-se os circuitos de riqueza. Muda-se a sociedade, que evolutivamente transita da igualdade puramente política à igualdade de oportunidades no objectivo de atingir o bem-estar do maior número. Este só pode realizar-se num modelo de civilização em que os homens, libertos de quaisquer formas de exploração e opressão, se constituam sujeitos associados na construção do seu destino. Esse modelo é o socialismo. Em sociedades atrasadas, pode prevalecer a ideia de que a ele se chega por ruptura brusca e revolução violenta. Mas em sociedades evoluídas, a socialização só é praticável pacífica e democraticamente. De outro modo, compromete-se não apenas o respeito devido às pessoas mas a própria raiz do que materialmente condiciona a socialização da riqueza, a saber: a própria riqueza. Ora se a riqueza decai, inevitavelmente se sacrifica o quotidiano dos trabalhadores.

Na democracia política e no respectivo aprofundamento através da democracia social, o povo reforça a coesão da Pátria e ganha consciência da solidariedade nacional. Um povo só garante a própria personalidade e independência se defender a liberdade e disciplinar a vida política no respeito de regras democráticas. São os povos livres que melhor se mobilizam na defesa contra a agressão externa ou interna. Só a democracia é compatível com a verdadeira grandeza de um povo. Há Estados não democráticos mas poderosos. Dir-se-á que são Estados que realizam verdadeiramente uma vocação de grandeza nacional? Grandeza nacional não é sinónimo de poderio imperial.

Os Estados não democráticos instrumentalizam as respectivas Forças Armadas para fins de política partidária oficial e deformam a imagem dos exércitos perante a nação. Só num Estado democrático o soldado realiza plena-

mente a missão que a sociedade lhe atribuiu, a de servir a colectividade com a consciência de constituir elemento da ossatura moral da nação. A disposição de legalmente recorrer à força, se necessário, para defender a razão é uma vocação elevada.

*Sottomayor Cardia*